

Painel de Custos - 2023

GESTÃO DE CUSTOS

A gestão orçamentária, financeira e contábil da Empresa é pautada pela conformidade com os ditames preconizados na Constituição Federal (CF/88), na Lei nº 4.320/64, na Lei Complementar nº 101/01 (LRF) e na Lei nº 13.303/06, bem como daquilo que foi estabelecido no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA), além das diretrizes estabelecidas em Portarias e Decretos elaboradas pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e demais normas que regem a atuação desta Empresa Pública.

Por seu turno, o Tesouro Nacional considera a eficácia, a eficiência e a economicidade das Empresas Estatais para fins de verificar se os gastos públicos foram realizados de forma apropriada, mas também avaliam outros fatores que interferem significativamente nos indicadores de resultado, a exemplo da efetividade, que corresponde à aferição dos impactos sociais mediante o alcance conjunto das metas e dos objetivos estabelecidos nos programas de governo.

Nesse contexto, realiza anualmente a classificação e divulga o ranking de desempenho das Empresas Estatais pela adoção de boas práticas no que tange os requisitos de contabilidade e de custos, cuja posição conquistada pela IMBEL® tem sido a 3ª (terceira) colocação entre as Empresas estatais dependentes melhor classificadas desde a criação do mencionado relatório.

DIMENSÃO DE CUSTOS

No Relatório Foco em Custos (RFC) publicado com periodicidade anual pelo Ministério da Economia (ME) está definido que a gestão das contas públicas engloba diferentes dimensões, entre elas: a fiscal/orçamentária e a dos custos públicos.

A dimensão fiscal/orçamentária refere-se ao planejamento e ao controle, mas também ao equilíbrio das receitas e despesas, à sustentabilidade do endividamento público e à alocação dos recursos (entre as diversas responsabilidades e funções do governo). Já a dimensão dos custos públicos remete ao consumo dos recursos e à mensuração dos bens e serviços prestados à sociedade.

Ressaltando que o consumo dos recursos deve ser distinguido do fluxo de execução orçamentária da despesa (empenho, liquidação e pagamento). Ou seja, além de identificar o que foi consumido é necessário identificar o que fora entregue à sociedade.

Tais dimensões buscam atender à função do governo, mas atualmente a organização sistêmica das atividades de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de controle interno não permite a conexão adequada entre os programas de governo e os processos (finalísticos, gerenciais e de suporte). Tal fato decorre da ausência de ferramentas e da falta da elaboração de instrumentos capazes de gerar informações

assertivas da dimensão de custos à sociedade.

Ressalta, ainda, que a organização não deve ser analisada apenas por aquilo que arrecada ou gasta. Sendo indispensável aferir, inclusive, o que ela faz ou o serviço que ela presta e os resultados que gera para a sociedade. Entretanto, o preciso levantamento dessas informações depende do mapeamento do ambiente de produção e da implementação de ferramentas de gestão: a exemplo da contabilidade gerencial de custos, do gerenciamento de processos de negócio e o do gerenciamento estratégico organizacional.

Na sequência, faz a distinção entre os conceitos de custos e despesa orçamentária. Separando os custos vinculados ao efetivo consumo dos recursos utilizados na produção e prestação de bens e serviços públicos. Já em relação às despesas que diminuem o Patrimônio Líquido (VPD - Variação Patrimonial Diminutiva) devem ser reconhecidas nos períodos a que se referem (regime de competência).

A apuração dos custos pode se beneficiar dessa classificação das VPD no momento que identificam o consumo por meio das depreciações, consumo de estoques, entre outros. Torna-se pertinente ressaltar que nem toda VPD deve ser considerada como custo, já que por vezes não representam o efetivo consumo de recursos utilizados na produção de bens, nem na prestação de serviços públicos.

INSUMOS FINANCEIROS E DE OPERAÇÃO / MANUTENÇÃO

Os custos envolvidos estão classificados em Insumos Financeiros e Insumos de Operação e de Manutenção.

Tomando como base os mesmos critérios do RFC 2022, a IMBEL® apresentou no período de 2021 a 2023 os seguintes valores:

Insumos Financeiros		2021	%	2022	%	2023	%
Benefícios previdenciários e Assistenciais		1.233.288,11	0,29%	2.454.890,61	0,51%	66.443,73	0,01%
Juros e Encargos, Variações monetárias		2.899.574,18	0,67%	7.829.589,94	1,63%	6.905.322,55	1,25%
Transferências voluntárias		425.771.525,16	99,04%	470.500.672,41	97,86%	546.833.030,22	98,74%
Total		29.904.387,45	100,00%	480.785.152,96	100,00%	553.804.796,50	100,00%
Insumos de Operação e Manutenção		2021	%	2022	%	2023	%
Mão de obra		108.726.793,34	52%	138.828.254,28	52%	147.930.015,49	53%
Funcionamento		68.274.256,04	33%	84.973.995,91	32%	102.753.513,20	37%
	Materiais de consumo	8.729.830,19	13%	16.191.224,25	19%	17.506.898,69	17%
	Serviços de Terceiros, Energia e Água	44.793.804,23	66%	52.464.869,18	62%	67.712.760,96	66%
	Utilização e Manutenção Bens	13.804.180,02	20%	14.616.003,95	17%	15.782.997,97	15%
	Diárias, transporte e passagens	946.441,60	1%	1.701.898,53	2%	1.750.855,58	2%
Demais		32.284.493,22	15%	40.636.659,21	15%	26.037.195,96	9%
Total		209.285.542,60	100%	264.438.909,40	100%	276.720.724,65	100%

Para os **Insumos financeiros** desmembrados em: Benefícios Previdenciários e Assistenciais, Juros e Encargos, Variações monetárias, Transferências Voluntárias e Subvenções Econômicas, obtivemos os seguintes percentuais em perfil de custos:

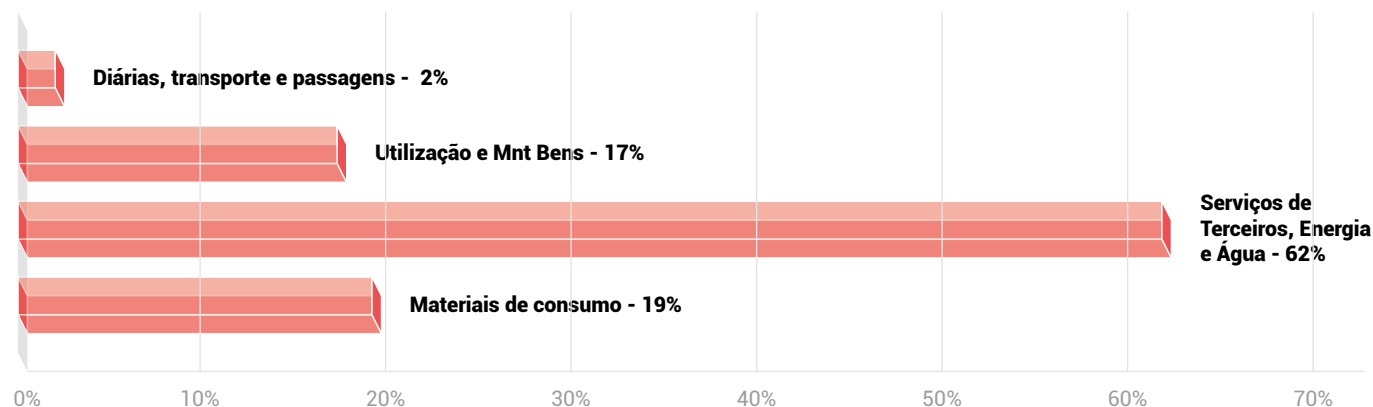
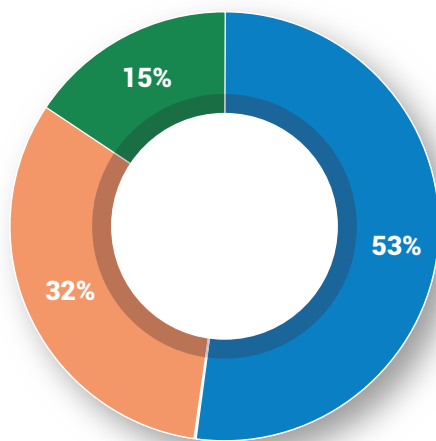
Insumos Financeiros	2021	%	2022	%	2023	%
Benefícios previdenciários e Assistenciais	1.233.288,11	0,29%	2.454.890,61	0,51%	66.443,73	0,01%
Juros e Encargos, Variações monetárias	2.899.574,18	0,67%	7.829.589,94	1,63%	6.905.322,55	1,25%
Transferências voluntárias	425.771.525,16	99,04%	470.500.672,41	97,86%	546.833.030,22	98,74%
Total	429.904.387,45	100,00%	480.785.152,96	100,00%	553.804.796,50	100,00%

Já em relação aos **Insumos de Operação e de Manutenção** segregados entre Mão de Obra, Funcionamento (consumo, serviços, administrativo, etc.) e demais insumos, apuramos os seguintes valores:

Insumos de Operação e Manutenção	2021	%	2022	%	2023	%
Mão de obra	108.726.793,34	52%	138.828.254,28	52%	147.930.015,49	53%
Funcionamento	68.274.256,04	33%	84.973.995,91	32%	102.753.513,20	37%
Materiais de consumo	8.729.830,19	13%	16.191.224,25	19%	17.506.898,69	17%
Serviços de Terceiros, Energia e Água	44.793.804,23	66%	52.464.869,18	62%	67.712.760,96	66%
Utilização e Manutenção Bens	13.804.180,02	20%	14.616.003,95	17%	15.782.997,97	15%
Diárias, transporte e passagens	946.441,60	1%	1.701.898,53	2%	1.750.855,58	2%
Demais	32.284.493,22	15%	40.636.659,21	15%	26.037.195,96	9%
Total	209.285.542,60	100%	264.438.909,40	100%	276.720.724,65	100%

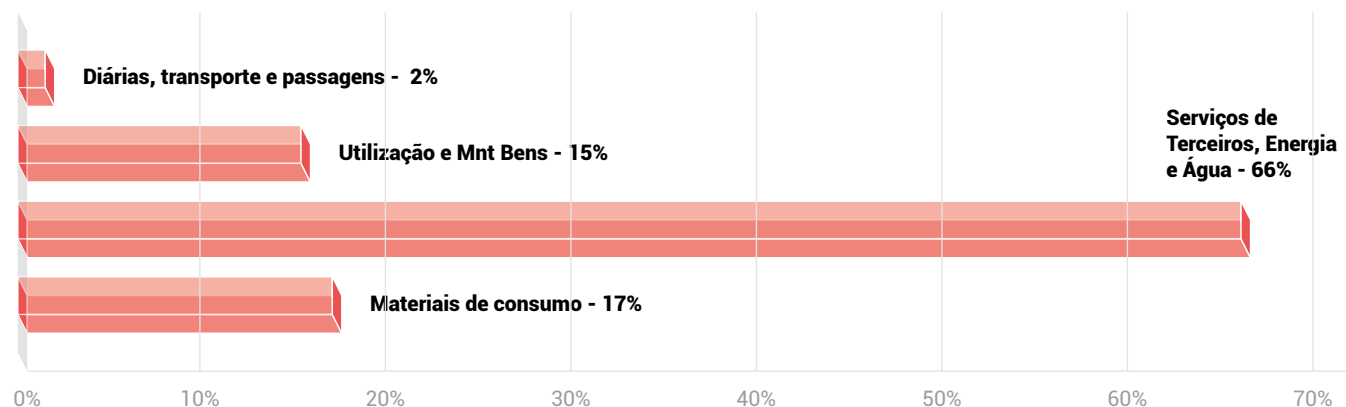
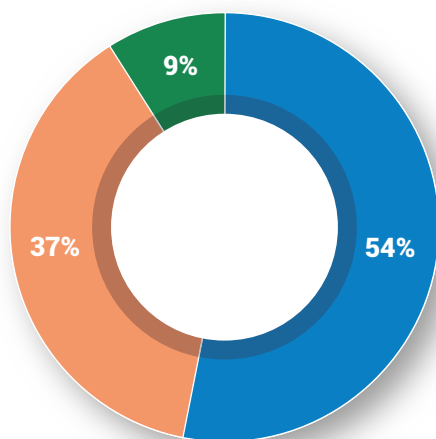
INSUMOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

2022



● Mão de Obra ● Funcionamento ● Demais

2023

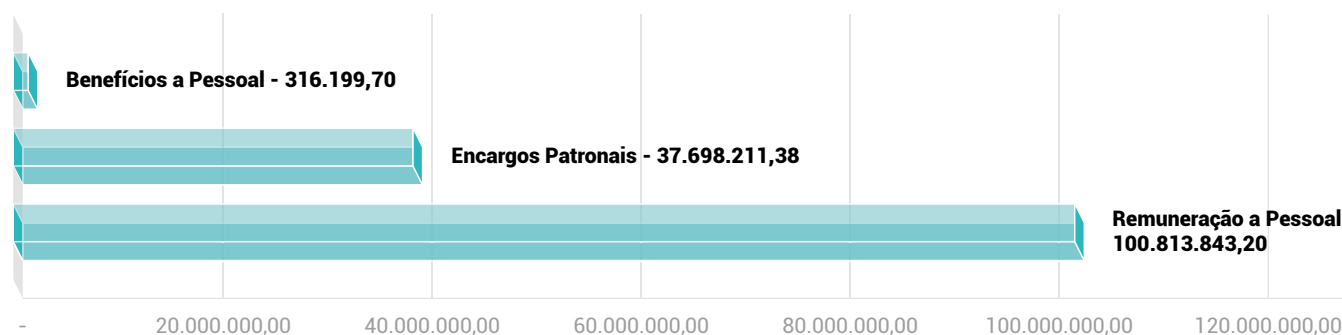


● Mão de Obra ● Funcionamento ● Demais

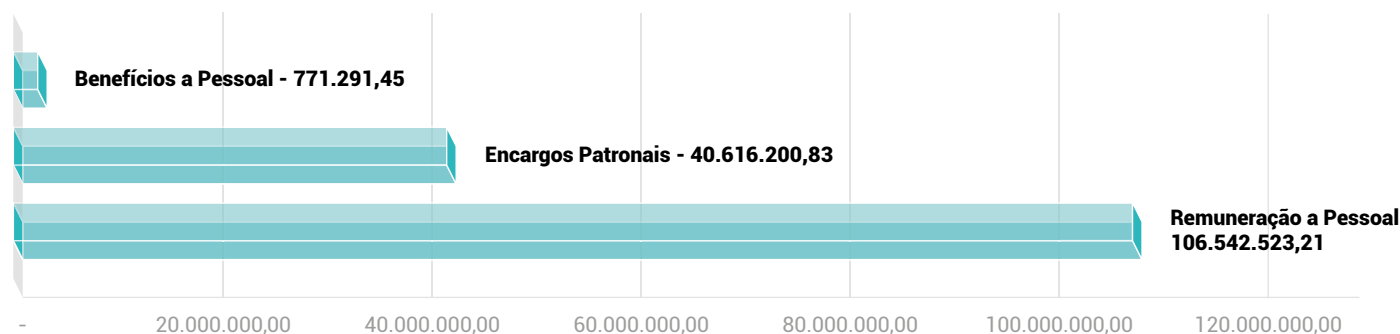
MÃO DE OBRA

Mão de Obra	2021	%	2022	%	2023	%
Remuneração a Pessoal	80.751.365,37	74%	100.813.843,20	73%	106.542.523,21	72%
Encargos Patronais	27.750.758,91	26%	37.698.211,38	27%	40.616.200,83	27%
Benefícios a Pessoal	224.669,06	0%	316.199,70	0%	771.291,45	1%
Total	108.726.793,34	100%	138.828.254,28	100%	147.930.015,49	100%

2022



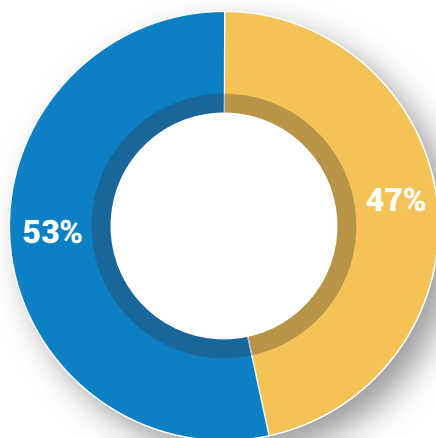
2023



DEMAIS INSUMOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

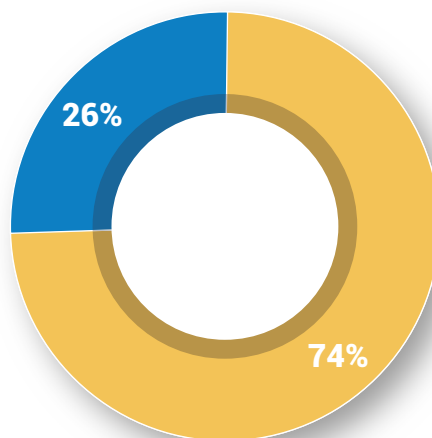
Demais Insumos de Operação e Manutenção	2021	%	2022	%	2023	%
Tributárias	16.153.509,39	50%	18.997.430,53	47%	19.383.336,34	74%
CPV (Custos dos Produtos Vendidos)	16.130.983,83	50%	21.639.228,68	53%	6.653.859,62	26%
Total	32.284.493,22	100%	40.636.659,21	100%	26.037.195,96	100%

2022



- CPV (Custos dos Produtos Vendidos)
- Tributárias

2023



- CPV (Custos dos Produtos Vendidos)
- Tributárias

DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS CUSTOS

Custos	2021	2022	2023
Água e esgoto	246.473,38	235.260,26	245.399,46
Apoio administrativo	424.941,09	1.247.394,34	1.316.930,42
Copa e cozinha	2.202.734,56	2.421.064,52	6.513.670,00
Demais serviços de terceiros	6.034.421,76	7.436.908,13	16.743.295,59
Demais serviços prediais	6.220.986,48	3.133.835,64	4.991.177,95
Despesas de exercícios anteriores - controláveis	2.188.083,01	1.412.040,47	11.390,17
Diárias	419.117,91	909.910,84	1.104.026,50
Energia elétrica	4.619.487,64	5.196.710,75	4.568.031,16
Limpeza	3.831.880,77	4.470.605,07	5.604.912,41
Material de consumo	8.800.416,51	16.096.965,46	11.185.823,86
Benefícios previdenciários	145.957,68	159.175,04	172.045,30
Demais custos não controláveis	25.208.554,39	23.526.701,26	27.028.176,89
Passagens	457.861,52	808.545,51	646.829,08
Serviços de saúde	1.822.157,56	3.416.525,66	3.220.476,66
Serviços técnicos especializados	3.042.876,14	9.161.986,26	7.149.259,83
Tecnologia da informação	1.939.774,70	3.353.382,20	4.610.001,03
Telefonia	314.579,12	289.096,83	272.899,83
Transferências não obrigatórias	48.309.051,60	71.186.088,43	31.797.509,29
Vigilância	2.328.980,93	2.798.589,74	4.444.992,62
Total Geral	118.558.336,75	157.260.786,41	131.626.848,05

RANKING DE DESEMPENHO

O ranking de desempenho elaborado pelo ME utilizou indicadores de implementação da contabilidade de custos por competência (regularidade e dispersão), utilização das ferramentas de detalhamento de custos disponíveis no SIAFI (personalização) e indicativos de economicidade (padrão linear).

Os conceitos definidos para cada critério foram:

- Personalização: pelo uso de detalhamento dos centros de custos estruturados de forma sistêmica;
- Regularidade: pela existência ou não de registro contábil mensal para os itens de custos de funcionamento com consumo recorrente em 2022;
- Dispersão: calculada pela média ponderada dos coeficientes de variação dos mesmos itens da regularidade;
- Economicidade: pela estimativa da tendência linear dos custos conforme evolução ao longo dos doze meses de 2022;
- Nota: atribuída pela soma da pontuação obtida em cada indicador: sendo de até "2" para a Regularidade, até "1" para a Dispersão, até "5" para a Personalização, e até "2" para a Economicidade, ensejando na apuração de numa nota final dentro de uma escala que pode variar de 0 a 10.

Nesse contexto, o ranking da classificação das cinco principais Empresas Estatais Dependentes foi apresentado com a seguinte segregação:

Posição	Entidade	Sigla	Personalização	Regularidade	Dispersão	Economicidade	Nota
1º	Empresa Brasil de Comunicação S.A	EBC	3,987	1,750	0,725	1,602	8,065
2º	Industria de Material Bélico do Brasil	IMBEL	3,000	2,000	0,623	1,603	7,225
3º	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	CPRM	3,013	1,854	0,725	1,575	7,168
4º	CIA de Desenv. dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	CODEVASP	2,710	2,000	0,486	1,803	7,000
5º	Empresa de Pesquisa Energética	EPE	2,784	1,500	0,329	1,552	6,166
Obs: IMBEL como único conglomerado fabril complexo							

Como pode ser observado no ranking, a IMBEL® obteve uma nota final de 7,225 pontos. Constituída pelo somatório das notas obtidas nos campos da Personalização (3), Regularidade (2), Dispersão (0,623) e de Economicidade (1,9603).

Sendo a IMBEL® classificada na 2ª posição entre as 19ª empresas públicas consideradas na análise.

Nesse mesmo compasso, visando a melhoria continua da identificação dos seus custos, em 2023, a empresa realizou o cadastramento dos códigos no sistema SIORG (Estruturas Organizacionais) utilizando a departamentalização como a uma ferramenta de segregação de custos. Todas as áreas, no âmbito administrativo e produtivo, abrangendo as Unidades de Produção, Unidade Administrativa e a Sede foram identificadas com um código específico no sistema.

Além do cadastramento de diversos centro de custos no sistema SIAFI com a individualização e classificação por áreas: administrativas e finalísticas.

ENTREGA À SOCIEDADE

Um dos objetivos propostos no RFC é apurar e demonstrar a função social da Empresa Estatal, na qual a IMBEL® tem papel fundamental nesse contexto.

O objetivo da IMBEL® é ser uma Empresa Estratégica de Defesa e Segurança, na qualidade de ente integrante do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Sistema Logístico e de Mobilização, ambas do Exército Brasileiro.

Possui entre suas missões principais disponibilizar Produtos e Sistemas de Defesa à Força Terrestre, conforme preconizado na Estratégia Nacional de Defesa, e cumprir seus objetivos estratégicos de: "Manter e Aperfeiçoar a Capacidade e Continuidade Produtiva Estratégica, Fortalecer a Base Industrial de Defesa e de obter sua Sustentabilidade Econômica - Financeira, tendo como fulcro os imperativos da Segurança e Soberania Nacional, na área estratégica da Defesa".

Em razão de sua notória capacitação técnica e pelo fato de ser a Indústria de Material Bélico mais antiga do Brasil, a IMBEL® tem demonstrado sua indispensável contribuição para que o País se posicione entre os mais tradicionais produtores mundiais de material de emprego militar através do desenvolvimento de atividades no setor produtivo de defesa no estrito cumprimento dos programas de governo e das diretrizes estabelecidas pelo Comando do Exército.

A linha de produtos militares da IMBEL® é altamente diversificada, constituída por armamento individual destinado à tropa, explosivos, propelentes para mísseis e foguetes, acessórios e artefatos bélicos, cargas para diversos tipos de munições pesadas, equipamentos eletrônicos de comunicação em campanha, aparelhos de aferição e medição de desempenho balístico cujo desenvolvimento tecnológico ocorre em suas modernas instalações por pessoal técnico altamente capacitado, gerando mais de 2.000 empregos diretos, convergindo seus esforços em pesquisa com os interesses das Forças Armadas, precipuamente do Exército Brasileiro, alinhados aos interesses públicos para os quais foi constituída.

Já os produtos civis, correspondentes aos produtos militares, também são conhecidos no mercado nacional e internacional por sua qualidade, que resulta da adequada seleção de matérias-primas e insumos, mas também da adoção processos aprimorados, consagrando seus produtos e serviços por intermédio das aquisições constantemente realizadas tanto no mercado doméstico e anteriormente pelo mercado externo sempre que a disponibilidade orçamentária assim permitiu.

Em vista disso, a IMBEL® apresenta os principais benefícios e retornos à sociedade, consoante representado a seguir:

APLICADO

TRANSFORMADO

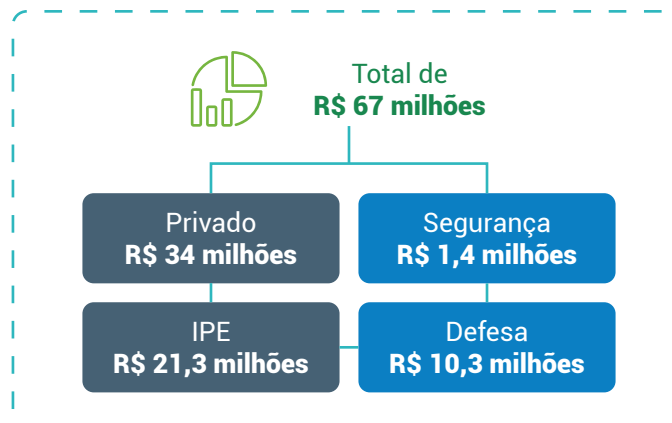
VALOR PÚBLICO GERADO



Ação 4528
Gp 3 - R\$ 54,8 milhões
(Produção - Insumos
R\$ 14 milhões)



Termo de Execução
Descentralizada
R\$ 113,5 milhões



Obs: há execução física e financeira em andamento.



IMPOSTOS RETIDOS

Imposto Folha
R\$ 38,9 milhões

Impostos s/
Vendas
R\$ 40 milhões

Demais impostos
R\$ 5,8 milhões



Retorno a Conta do
Tesouro - R\$ 63,7 milhões



Geração de Emprego direto
(2 mil) e Renda - R\$ 182 mi



Empregos Indiretos
Gerados - 6 mil



Impostos Retidos para
União - R\$ 84,9 milhões



Investimentos Estratégicos
e Inovação - R\$ 60,7 mi



Garantia da Soberania e
Continuidade Produtiva



Fortalecimento da Base
Industrial de Defesa



Preservação ambiental em
extensas áreas das UP



Alimentação das
economias locais